

Tatiana Piccardi
tpiccardi@gmail.com

A morte como categoria política: o caso TAM¹ Death as a political category: A case study

RESUMO – Este trabalho visa a uma incursão no universo das categorias ditas universais, buscando averiguar se a morte, como categoria política, poderia ocupar o lugar de categoria universal (o termo “universal” é definido adiante). A base para esta incursão é de cunho linguístico/discursivo, o que equivale a dizer que a reflexão proposta parte da observação das práticas discursivas de falantes em situações ou contextos em que a morte está fortemente presente e o processo de luto (individual ou social) se instala.

Palavras-chave: morte, discurso, forças hegemônicas, luto, silenciamento.

ABSTRACT – This study is an attempt to explore if death, which is here seen as a political category, may occupy the position of a so-called universal category (the term ‘universal’ is defined later in the article). The approach adopted in this paper is a linguistic/discursive one, taking as a point of departure the analysis of the discursive practices of speakers in situations or contexts in which they have to deal with death and the process of individual or social mourning.

Key words: death, discourse, hegemonic forces, mourning, silencing.

Introdução

Este trabalho visa a uma incursão no universo das categorias ditas universais, buscando averiguar se a morte, como categoria política (veremos adiante se essa designação se aplica), poderia ocupar o lugar de categoria universal (veremos adiante o que entendemos por “universal”). A base para esta incursão é de cunho linguístico/discursivo, o que equivale a dizer que a reflexão proposta parte da observação das práticas discursivas de falantes em situações ou contextos em que a morte está fortemente presente e o processo de luto (individual ou social) se instala.

Começo distinguindo dois âmbitos nos quais a morte é percebida e apreendida/construída. Um deles é o âmbito do individual, ou seja, a morte compreendida como fenômeno do mundo natural e psicológico. O outro é a morte da perspectiva social, em que deixa de se constituir apenas como fenômeno natural, reveste-se como símbolo e, por extensão, dependendo do contexto social, como categoria. Claro está que esta distinção é de caráter metodológico, uma vez que a “vida real” nos ensina que os âmbitos se fundem, sobrepõem, coexistem, excluem-se ou conflitam entre si.

Discorri sobre a morte da perspectiva individual no texto *Subjetividade e identidade nos relatos de pais enlutados* (Piccardi, 2008)². Nele estimo reflexões sobre as noções de subjetividade e identidade em discurso por meio da observação da prática linguística em um contexto bastante específico: encontros de pais enlutados, em que a morte é o eixo que norteia a construção das subjetividades.

A fim de abordar a morte no âmbito social, e considerando que a perspectiva que adoto depende da compreensão da morte da perspectiva individual, retomo brevemente a análise que fiz, no texto citado, das breves narrativas construídas pelos pais enlutados em um dos encontros. A abordagem teórica de fundo, em todo o trabalho, é a pragmática que se origina em Austin (1975), articulada às discussões sobre linguagem (considerada constitutivamente política), sujeito e identidade propostas por Rajagopalan (2008, 2006, 2003). Para explicar alguns movimentos dessas narrativas, aproprio-me de alguns conceitos de Lacan, conforme elaborados por Žižek (2006).

Para reconstruir a subjetividade e apropriarem-se de uma identidade renovada, os pais enlutados enfrentam a morte – no âmbito do Real imaginário de Lacan, inter-

¹ TAM Linhas Aéreas S.A. – companhia aérea brasileira, em operação desde a década de 1960. Começou com linhas aéreas regionais no interior do estado de São Paulo, passou por rápido processo de crescimento e hoje possui linhas internacionais.

² Este trabalho e o mencionado apresentam-se como produção resultante de minha participação nas discussões do grupo de pesquisa Linguagem e Identidade: Abordagens Pragmáticas, conduzido pelo Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan, do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem-IEL, Unicamp (SP).

pretado por Žižek (2006)³ –, através do narrar a história do filho morto. É nesse âmbito que se dá a o processo de reconstrução do sentido da vida. Ao narrar, os pais enlutados efetivamente vivem o luto, em todas as suas etapas, até seu término, o que significa que atribuo um caráter ilocucionário à ação de narrar nessa situação específica. Não se trata de mero ato perlocucionário. Narrar a perda, mais do que compartilhá-la, provocando reações mais ou menos palpáveis, mais ou menos circunscritas ao contexto específico da fala, transforma o enunciador no instante mesmo da sua enunciação. Nesse artigo, considero, portanto, a categoria ‘morte’ como promotora de certa autotransformação de caráter positivo, desde que condições externas que possibilitem a elaboração das narrativas sejam dadas/conquistadas. Dessa perspectiva inicial, a morte não assume, ainda, papel político em sentido estrito, confinando-se ao âmbito do individual, e/ou ao âmbito dos grupos de apoio mútuo.

Em contrapartida, o silêncio social que ronda os pais enlutados e que os força a calar (a narrativização da morte do filho é um tabu) possui, tal qual o ato de narrar, forte caráter ilocucionário, mas no sentido oposto: trata-se do silenciar que, no instante mesmo em que enuncia o silêncio, cala o outro. E é nesse jogo do narrar/fazer calar que se localiza, a meu ver, o cerne do caráter político da morte, pois é exatamente nesse entremeio que ela deixa de constituir-se como fenômeno natural e passa a articular-se como categoria que organiza a vida social e, ato contínuo, os atos de fala.

A dimensão política da morte torna-se mais palpável em casos de grandes acidentes, envolvendo muitas vítimas, e em casos de guerras e assassinatos em massa. Nessas situações trágicas, em que não se trata apenas de chorar por alguém que se foi, mas de chorar pela “injustiça” havida e pelas perdas prematuras; em que não se trata apenas de aprender a viver sem o ente querido, mas de exigir de autoridades a contrapartida que revivifique e redignifique o morto; situações em que a raiva substitui o lamento, é nessas situações que a morte como categoria política assume de modo evidente seu papel.

Se para a elaboração da perda do ente querido morto (no caso do texto citado: do filho morto) a narrativização

dá-se no âmbito do Real imaginário, a vivência da morte como categoria política dá-se, em princípio, no âmbito do Real simbólico. O Real simbólico, que consiste na construção de conjunto de fórmulas que funcionam, em nível verbal e não-verbal (interessa-nos apenas o verbal), passa a ser o espaço da luta política. Se, no âmbito circunscrito da morte isolada, exemplos de fórmulas são os chavões utilizados em velórios e enterros, do tipo: “finalmente descansou”, “foi melhor assim”, “foi uma tragédia, mas agora ele encontrará consolo junto a Deus”, etc., no âmbito da morte em massa, embora o Real simbólico continue representando o dizer que não se integra ao âmbito maior da experiência, o Real simbólico assume o papel de espaço em que fórmulas próprias à luta política entram em cena.

O trágico acidente ocorrido com o voo 3054 da TAM, no dia 17 de julho de 2007, na cidade de São Paulo, em que todos os passageiros e tripulação morreram, é o exemplo que utilizarei para refletir sobre o conceito de morte como categoria política, tentando apontar suas articulações e repercussões sociais.

Os sentidos de “político”

Muitos são os sentidos atribuídos a “político”. Para efeito deste artigo, opto por adotar a concepção de “político” de Laclau (2000) e Laclau e Mouffe (2001), para quem a lógica das relações hegemônicas está na base do que seja “político” e, portanto, na base da política. Para Laclau, a luta hegemônica constitui-se na luta pela conquista de um lugar “universal” por grupos identitários que se caracterizam pelas particularidades dos grupos que representam e com os quais se identificam. Tais grupos se articulam em movimentos estratégicos/contingentes, construídos em discurso. De uma perspectiva lacaniana, trata-se de afirmar a autonomia do significante em relação ao significado: o significante é espaço vazio que se preenche de significados que variam em função do resultado do “sucesso” ou “fracasso” dos movimentos estratégicos e contingentes dos diferentes grupos em disputa na vida social.

Balocco (2006, p. 26-27), em produtiva reflexão a respeito das relações entre a teoria sobre o sujeito de Lacan e a teoria política de Laclau, nos diz que:

³ A interpretação de Žižek sobre a teoria do Real de Lacan consiste em considerar que a tríade lacaniana formada por Real, Simbólico e Imaginário é mapeada ou projetada no Real em si. Dessa forma, o Real deixa de ser o lugar da impossibilidade, ou “o Outro traumático a quem nunca se pode responder adequadamente”, para ser o lugar de enfrentamento dessa impossibilidade por meio do simbólico e do imaginário. Essa perspectiva contempla teoricamente o que vemos acontecer nos relatos dos pais enlutados. Para o autor, o Real formula-se em três níveis: Real real, Real imaginário e Real simbólico. Segundo suas palavras, o Real real seria a Coisa horrenda, o abismo, o monstro. A morte, então, seria o Real real em si mesmo, a Coisa horrenda em seu ápice. O Real simbólico consistiria no conjunto de fórmulas que simplesmente funcionam. Trata-se de um Real que não conseguimos integrar ao nosso horizonte de significação, o dizer que não se integra ao âmbito maior da experiência, e que permanece sem sentido. O Real imaginário, por sua vez, designa “não a ilusão do Real, mas o Real da própria ilusão” (Žižek, 2006, p. 87). É nesse aspecto da tríade que se encaixam os relatos dos pais enlutados. As narrativas de vida e morte dos filhos que se foram constroem um novo Real, a partir da ilusão. Ao narrarem, esses pais, que foram traumáticamente advertidos de que o Real real de fato acontece ao terem de enfrentar a perda do filho, entram na esfera do Real imaginário e reconstroem o sentido de suas vidas através do enfrentamento da impossibilidade. A Coisa horrenda foi vista e sentida, só será afastada para que a vida regular tome seu curso após a elaboração da perda no nível do imaginário, que tece os fios que reposicionam esses pais na esfera da trivialidade que mascara o buraco negro do Real. Quando isto é finalmente feito, termina o luto.

A teorização sobre hegemonia na teoria política e social de Laclau teve início com a busca por novos conceitos, que permitissem superar a visão determinista do marxismo clássico, segundo o qual havia uma relação necessária entre socialismo e agentes sociais (como a classe operária). Contra esta visão determinista, Laclau argumenta que “a formação de uma posição de sujeito [num espaço democrático] é necessariamente incompleta”, ou seja, não é possível postular uma relação necessária (ou obrigatória, causal) entre um indivíduo (ou um grupo social) e uma determinada posição de sujeito, neste caso entendido como um determinado papel social. Na verdade, segundo Laclau, o que se fazia no marxismo ortodoxo era atribuir uma “identidade” fixa à classe operária, que desempenharia um papel fundamental na realização da revolução socialista: sem a classe operária, não seria possível a transição do capitalismo para o socialismo. Desta posição crítica, o autor constrói sua argumentação pela natureza aberta do social: não existe, no contexto das relações sociais, entidade que possua um *status* ontológico ou pré-determinado.

Dessa forma, o sentido de “político” passa a ser o sentido que, em determinado momento sócio-histórico, tornou-se o sentido hegemônico. O campo social possui configuração tal que torna impossível definir de antemão o sentido de qualquer luta, já que é habitado por diferentes atores políticos, cada um deles com diferentes tipos de demandas e de atuação na arena pública. Nessa direção, pode-se dizer, com Balocco, que os antagonismos sociais são “significantes flutuantes”: os sentidos de cada antagonismo não se definem de antemão, mas constituem-se nas próprias práticas sociais em que emergem. Por exemplo, embora catástrofes que tenham levado à morte centenas de pessoas simultaneamente sejam relativamente comuns na história da humanidade, é recente a atribuição a terceiros de responsabilidades criminais por essas mortes. Condições sócio-históricas e discursivas recentes, marcadas especialmente pelo desenvolvimento da tecnologia – que deu maior poder ao homem e, em consequência, a responsabilidade que o poder implica – possibilitaram a prática de se exigir indenização pelas mortes em acidentes. É ainda mais recente o reconhecimento dessa prática como uma demanda por direitos políticos, ou de justiça. A “fixação” de um sentido em particular em determinado contexto pode, assim, caracterizá-lo como sentido universal. O sentido de “político” está, portanto, sempre em deslocamento. Junto com tal indeterminação, delinea-se a visão do social como marcado pela pluralidade das práticas sociais e das posições discursivas. O confronto de tais posições nas práticas sociais, que preenchem significantes em função do momento histórico em que se concretizam, é o espaço do político e constitui a própria definição de político que nos interessa.

Importa ainda frisar que, conforme afirma Balocco (2006, p. 26-27), a respeito da teoria de Laclau: “a lógica do caráter precário, aberto, ou não-suturado do social é a lógica da rejeição de qualquer categoria fixa atribuída ao sujeito; é a lógica da afirmação da natureza incompleta, aberta, e politicamente negociável de qualquer identidade”. Esta concepção de sujeito norteará as reflexões sobre

a postura política dos parentes das vítimas do acidente da TAM que desenvolveremos adiante.

O Real simbólico como espaço político

Disse acima que posições discursivas em confronto nas práticas sociais são o espaço do político e constituem a própria definição de político que interessa nesta abordagem. Dissemos ainda que tais posições preenchem significantes em função do momento histórico em que se concretizam. Dito de outro modo, o significante é vazio, e sujeito a determinado preenchimento em função de dada situação sócio-histórica. O que proponho a seguir é que o ato mesmo de preenchimento do significante por determinado significado é o momento de constituição do Real simbólico. Zizek nos diz, em sua revisão da tríade laciana, que o Real simbólico consistiria no conjunto de fórmulas sociais e discursivas que simplesmente funcionam. Trata-se de um Real que não conseguimos integrar ao nosso horizonte de significação, o dizer que não se integra ao âmbito maior da experiência, e que permanece sem sentido. Este é, a meu ver, o aspecto perturbador da relação que proponho. De fato, embora preencha-se de determinado significado, o significante permanece sem sentido no âmbito do Real simbólico. Como, então, entender o Real simbólico como o espaço do político? O espaço político não teria sentido? Aprofundemos um pouco esta reflexão, por meio do caso TAM.

A morte trágica dos passageiros e tripulantes do voo da TAM pode ser compreendida discursivamente em três instâncias:

(i) O momento do acidente em si, em que o absurdo da situação desestabiliza a população – em especial os parentes e amigos das vítimas –, gerando desespero e dor, é o momento de contato com o Real real. O Real real seria a Coisa horrenda, o abismo, o monstro. A morte, então, seria o Real real em si mesmo, a Coisa horrenda em seu ápice. Não há discursividade no Real real, não há possibilidade de preenchimento de significantes. Há o vazio e o caos, há a incompreensão.

(ii) Na instância do Real simbólico esboça-se a discursividade. As falas se materializam, significantes são preenchidos. Dor, desespero, vazio e caos tomam corpo na palavra, assim como a solidariedade, os primeiros esboços de compreensão do incompreensível, e a indignação. Toda a discursividade é produzida no âmbito do Real simbólico, inclusive a discursividade de caráter político em sentido estrito, onde as falas que exigem justiça e reparação são construídas. O Real simbólico é o espaço público por excelência, o espaço da disputa. As falas funcionam como fórmulas, pois têm papel determinado no espaço social em que se desenvolvem, constroem direitos e deveres, atravessam outras falas e redimensionam posições discursivas. São falas que, articuladas, geram necessariamente, e pelo confronto, alguma transformação de caráter social.

(iii) Na instância do Real imaginário, dá-se o enfrentamento íntimo da dor, movimento subjetivo que, pelo que tenho observado, ao se discursivizar sob a forma de narrativas pessoais de dor, transforma o espaço público mais pela compaixão, e menos pelo confronto. Nas narrativas de dor dos parentes enlutados, os significantes se preenchem com significados que remetem à reconstrução do sentido da vida, ou à tentativa de reconstruir o sentido da vida pelo enfrentamento da impossibilidade de driblar a Coisa horrenda. Quando significantes se preenchem de significados que remetem ao sentido da vida, adquirem sentido para o sujeito que os enuncia.

Ressalte-se que as mesmas narrativas, quando apropriadas no todo ou em parte pela mídia, deslocam-se para o âmbito do Real simbólico, passando a atuar como fórmulas. Trata-se de narrativas ressignificadas para o contexto midiático, que por conseguinte deixam de atuar no âmbito do enfrentamento íntimo da dor e passam a servir de interdiscurso para as mais diferentes posições discursivas em confronto. No caso sobre o qual refleti, as falas dos parentes foram apropriadas com fins diversos por posições discursivas diversas, como as dos políticos, representantes do governo, responsáveis diretos e indiretos pela aviação civil, militares, donos e representantes de companhias aéreas, jornalistas e profissionais de comunicação, etc. Em todos esses casos, significantes flutuantes se preencheram diferentemente, com vistas a interesses específicos. É nessa concepção que entendo o Real simbólico como o espaço por excelência da política. Os significados estabilizados em todos esses campos não têm sentido, porque não podem trazer de volta os mortos, não podem curar as feridas que ficarão, não podem reinventar um passado de erros e omissão. Por outro lado, podem, modestamente, em sua limitada condição de símbolo que se projeta para o futuro a partir de uma memória discursiva – que guarda, mesmo que a contragosto, as falas impregnadas de dor –, inventar um novo amanhã.

O caso TAM

Os “sentidos” de político no chamado “caos aéreo brasileiro”

Visto então da perspectiva da instância do Real simbólico, o político não tem, de fato, sentido, apenas significado, que se desloca por significantes flutuantes de acordo com condições sócio-históricas mais ou menos complexas. A fixação de determinado significado nunca é estável, alheia a outros significados igualmente fixados temporariamente e com os quais o primeiro dialoga, invariavelmente, já que não há discurso fechado. Todo discurso é, como nos diz Maingueneau (1984), fundamentalmente interdiscurso.

Que significados coexistem no setor aeroviário brasileiro e em que nível de conflito/disputa? Os significados estão, evidentemente, irremediavelmente relacionados

ao contexto sócio-histórico. A história dos deslocamentos desses significados é a própria história do setor em questão. Alinhavemos brevemente, então, seu perfil, que traz em si as marcas da história que o constitui, buscando desnudar nele a polêmica.

A aviação civil brasileira está atrelada ao Ministério da Defesa, por meio da ANAC (Agência Nacional da Aviação Civil), sobre a qual já falei, e a Infraero, a maior empresa administradora de aeroportos do mundo. A Infraero é uma empresa pública, responsável por 66 aeroportos pelos quais passaram cerca de 83 milhões de passageiros e mais de 1,3 milhão de toneladas de cargas em 2004. Os aeroportos de Congonhas e Guarulhos, ambos em São Paulo, são o primeiro e segundo com maior fluxo de passageiros — 13,6 e 12,9 milhões de passageiros em 2004, respectivamente. O aeroporto de Brasília é o terceiro colocado, tendo passado por ele cerca de 9,9 milhões de passageiros nesse ano, segundo dados da própria Infraero. A importância desse complexo sistema de aeroportos administrados por uma empresa pública fica evidente quando se constata que 97% de todos os passageiros transportados pelo sistema aéreo no Brasil, em 2004, passaram por esses 66 aeroportos. A administração dos aeroportos civis, em que transitam aviões de companhias aéreas privadas, por uma empresa pública, não se dá sem conflitos. Desse quadro inicial, delinea-se o contorno do conflito de interesses entre três instâncias distintas: as empresas de aviação civil (portanto, o poder privado e civil), o Ministério da Defesa (portanto, o poder público e militar – militar porque os chefes das Forças Armadas também respondem ao Ministro da Defesa, havendo profunda imbricação entre as esferas) e uma empresa pública, a Infraero, subordinada a militares, que gerencia o poder privado, consubstanciando uma problemática imbricação entre público *vs* privado e civil *vs* militar.

Há ainda o envolvimento dos governos estaduais e municipais na administração de aeroportos que, conquanto não apresentem números tão expressivos, contribuem para conferir ao sistema de aviação civil brasileiro capilaridade no extenso território nacional. Esses governos locais constituem o quarto vetor na geração de conflitos. E há um quinto, ligado a forças produtivas internacionais, que são as indústrias de aviões. É evidente, portanto, que somente com a atuação conjunta dos órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, de empresas e demais organizações da indústria pode-se buscar estabelecer um conjunto de políticas públicas adequadas para o desenvolvimento do setor aeroviário no Brasil, de eminente caráter estratégico, pois envolve segurança pública.

Criada em 1999, no lugar do DAC (Departamento de Aviação Civil), a ANAC, implementada no bojo de reformas do Estado que visavam a um só tempo suprimir a suposta ineficiência de órgãos como o DAC, gerido diretamente por militares, e conferir autonomia aos coadjuvantes do Estado na gestão aeroviária e aeroportuária,

ou seja, aos atores do setor privado e civil, estabelece-se, ainda assim, fortemente no âmbito do público/militar, cuja cultura impregna a aviação civil. AANAC não escapou dos conflitos de interesses que regem o setor, nem tampouco os resolveu. Há quem diga que, se o antigo DAC ainda atuasse, o caos aéreo e os trágicos acidentes recentes não teriam ocorrido.

As agências regulatórias foram criadas com os seguintes objetivos: (i) criar um ambiente favorável aos investimentos e à inovação; (ii) reduzir os custos de capital; (iii) corrigir falhas de mercado; (iv) promover a concorrência; (v) defender os interesses dos usuários, quanto ao preço e à qualidade dos serviços. Vê-se que a regulação põe em cena, explicitamente, um novo ator social: o usuário. No caso da aviação civil, o passageiro, que é contemplado, em tese, com as vantagens da livre concorrência.

No caso da ANAC, as “vantagens” garantidas ao usuário incluem segurança de voo, mote que permeia cada item das suas atribuições. Observe-se o que compete à ANAC:

(i) regular a Aviação Civil, por meio de concessão, permissão e autorização de serviços aéreos; atribuição de eslots em aeroportos congestionados; autorização e fiscalização de aeroclubes; regulação da infraestrutura aeroportuária; concessão, permissão e autorização de aeródromos; licenciamento e fiscalização de aeródromos;

(ii) realizar a regulação técnica, por meio da homologação e certificação de produtos e processos aeronáuticos; certificação de aeronavegabilidade de aeronaves; habilitação técnica de tripulantes; fiscalização de segurança de voo;

(iii) regular a infraestrutura aeronáutica cuidando principalmente da segurança de voo; do registro aeronáutico; da formação de pessoal.

Lendo-se atentamente a lista de competências, e adotando-se a perspectiva da luta hegemônica a que se referem Laclau e Mouffe, a ANAC já nasce com a finalidade de preencher lacunas e “falhas” (ou “faltas”) dos grupos com quem estabelece interlocução polêmica. O setor privado/civil representado pelas empresas do setor, em especial as companhias aéreas, organiza-se na rede de interesses de modo a preservar a lucratividade e burlar a mão forte da regulação, pondo em risco a segurança. O ponto mais fraco na rede interlocutiva de disputas e defesas de interesses é o usuário final do sistema, que se apreende a si mesmo como ator social – e político –, no âmbito do setor aeroviário, apenas quando a tragédia se instala.

O significado de político, no âmbito do setor aeroviário brasileiro hoje, é o significado da tragédia instalada, que desperta no ator social “usuário” – que, em caso de sua morte, é representado por parente ou amigo – o *significado político de ser usuário* e a responsabilidade civil implicada.

Transcrevo a seguir trecho de carta encaminhada às autoridades por um usuário, civil, que é também pes-

quisador do setor e, portanto, sensível a suas contradições (ver Silva, 2000). Trata-se de fragmento de um discurso de indignação, indicativo do significado político que começa a ocupar seu espaço na luta hegemônica:

Trabalhei no Aeroporto de Congonhas no início da década dos oitenta, época em que, após a realização dos apreciáveis investimentos na construção do Aeroporto de Guarulhos, boa parte dos vôos (internacionais) que eram realizados em Congonhas foram deslocados para Guarulhos. A idéia era de que Congonhas passasse a funcionar como aeroporto de apoio, operando principalmente as aviações regional e executiva. Conheci também, como funcionário subalterno no mesmo aeroporto, alguns meandros da principal companhia aérea de então, a Varig – Viação Aérea Riograndense. A partir desta experiência, passei a nutrir um crescente interesse pelo setor aeronáutico, reavivando talvez algum gene que eu já carregasse adormecido, como neto de um dos pioneiros da Força Aérea Brasileira. Meu interesse pela aviação culminou com a elaboração de minha tese de doutorado apresentada na Universidade de São Paulo em fevereiro de 2001, que analisou o setor aeroviário comercial brasileiro, antes da falência da Transbrasil, Vasp e Varig. O estudo evidenciou indícios bastante fortes de conflito de agenciamento na administração das companhias aéreas. E este interesse tornou-se ainda mais forte quando passei a fazer parte do quadro de professores da Academia da Força Aérea, em Pirassununga, onde me encontro em atividades de ensino e pesquisa. Lá venho estudando questões teóricas operacionais que envolvem a vida de pilotos civis e militares, assim como questões estratégicas que envolvem a aviação civil, como os marcos regulatórios do setor, a autoridade dos pilotos dos aviões, a pressão por eficiência e lucro nas companhias aéreas, entre outras questões. É um setor delicado, baseado em atividades que envolvem riscos que podem ser muito bem controlados por normas já consagradas, mas que apresentam terríveis impactos, de profundas consequências, quando há o mínimo descuido com a doutrina de segurança. Como agravante, envolve ainda uma imbricada e áspera combinação de políticas públicas e interesses comerciais. Interesses comerciais que não podem ser gerenciados com os mesmos critérios daqueles que transportam carga, passageiros de ônibus, produzem sabonetes, vendem telefones móveis ou outros produtos de apelo mercadológico fácil e resultados imediatos, como querem alguns empresários e consultores de última hora.

A ação política dos parentes das vítimas: dor e enfrentamento

Na caminhada realizada em São Paulo, dias após o acidente, que reuniu algumas centenas de civis indignados com a tragédia, com o objetivo de prestar solidariedade às famílias e amigos das vítimas e marcar uma posição clara de repúdio ao descaso do governo com a questão aeroviária nacional (apesar da ANAC, e talvez por causa dela), a bandeira da morte como categoria política encontrou expressão. Naquele momento, dava-se vazão a um dos dois tipos de enfrentamento que interessam aqui. Um deles é o enfrentamento político (expresso na caminhada), outro é o enfrentamento íntimo da dor, que se dá fora do espaço público, e político – em senso estrito –, e do qual falarei adiante. O primeiro, como disse, desenrola-se no âmbito do Real simbólico, o segundo no âmbito do Real imaginário.

O enfrentamento político expresso na caminhada se constrói no processo da luta hegemônica. Trata-se, segundo argumento do próprio Laclau em *Identity and hegemony*

(2000), de operacionalizar uma “sinédoque” constitutiva, em que os interesses de um grupo da sociedade (no caso, dos civis indignados com o caos aéreo e suas trágicas consequências) são apresentados como sendo os interesses de toda a sociedade. Nesse sentido, compreende-se a presença, na caminhada, de cartazes e *slogans* contra o governo federal e, em especial, contra o presidente Lula. Nas palavras de Balocco (2006, p. 26-27), parafraseando Laclau:

À medida que o poder se des-centraliza na sociedade contemporânea, a relação hegemônica só se sustenta se determinado grupo é bem sucedido na tarefa de nomear-se como um grupo que representa algo mais do que a sua própria identidade particular. Trata-se, assim, de uma tarefa de natureza discursiva, que pressupõe o reconhecimento da dissociação entre “nome” e “conceito”: sem a existência de “significantes tendencialmente vazios”, não seria possível postular-se a incomensurabilidade entre uma categoria universal e uma categoria particular, sequer o funcionamento de uma operação de sinédoque através da qual uma categoria particular (um grupo da sociedade) assume o lugar de uma categoria universal (o conjunto da sociedade).

A sinédoque constitutiva da relação hegemônica expressa na caminhada, e que atesta a presença política de um grupo identitário em ascensão, adquire caráter universal na medida em que se utiliza de fórmulas políticas mais ou menos arraigadas no senso comum, discursivizadas em cartazes, faixas, *slogans*, gritos de guerra e canções de protesto, que criam o sentido da luta política, ou melhor, o significado para uma luta política.

Desenrolando-se no âmbito do Real simbólico, a relação hegemônica que se estabelece a partir da caminhada é uma relação que cumpre seu papel na esfera do enfrentamento político, mas não atua na esfera do enfrentamento íntimo da dor, nem poderia, por caber à instância do Real imaginário esse papel.

O enfrentamento íntimo da dor pode se dar, como disse, pela narrativização da experiência de dor e perda. São narrativas com força ilocucionária tal que, no instante mesmo de sua enunciação, promovem uma mudança no sujeito que enuncia. Entendida como discurso, que nunca é neutro nem tampouco alheio à esfera do político, a narrativa da dor pela morte de entes queridos adquire caráter político pelo fato mesmo de ser enunciada. E o enfrentamento implicado é o enfrentamento do silêncio social, que manipula a categoria ‘morte’ como categoria universal para defender interesses específicos, ao mesmo tempo em que a esvazia ao calar os que narram porque precisam, simplesmente, sobreviver à dor. A narrativa de dor pode ser vista como ato político fundador, ao subverter um dos mais fortes tabus sociais: o falar de morte.

É nessa imbricação entre os âmbitos do individual e do social que a morte como categoria política pode assumir um papel eficaz, pois subsume uma politização radical. Segundo Laclau e Mouffe (2001), o que presenciamos hoje é a explosão da ideia e da realidade mesma de um espaço único de constituição do político. O que testemunhamos

é uma politização muito mais radical do que houve no passado, porque tende a dissolver a distinção entre público e privado, não em termos do *encroachment* do privado por um espaço público unificado, mas em termos de uma proliferação radical de novos e diferentes espaços políticos.

Nesse entremeio fundador residiria a força da morte como categoria política, um entremeio em que o Real imaginário se esboça como Real simbólico, um entremeio em que o significante se preenche provisoriamente de um sentido vital, para depois abrir-se ao preenchimento de significados vários, ao sabor da luta política do momento.

Ações de silenciamento

O silêncio social que torna tabu a fala sobre entes queridos mortos é a força política contra a qual reagem as narrativas. Mesmo que condenados a chorar sozinhos e a enunciar a sós, e em silêncio, a narrativa curativa, os sujeitos que as enunciam são politicamente atuantes pelo simples fato de ousarem enunciar.

Mas existe a possibilidade de falar para iguais, de enunciar para os que perderam parentes e amigos no mesmo acidente. Nesse contexto, as narrativas são estimuladas pelo grupo. Aos poucos se tornam percebidas, pelos próprios participantes, como atos de fala ilocucionários de forte caráter autotransformador, o que não ocorre com os sujeitos de fora do grupo, que entendem tais enunciados, muitas vezes, como atividade “masoquista”, “exposição desnecessária da dor”, ou ainda como “ato de grande coragem”, “coisa de gente forte”, etc, expressões que não se antagonizam necessariamente, mas cristalizam a posição do sujeito que não vive a dor da perda, e finge que não a viveu nem viverá, a fim de afugentar o Real real. Esta posição discursiva dominante corresponde à visão social ocidental estabelecida sobre morte. É uma posição que desqualifica o narrar a dor da perda e tira dele seu aspecto político, por dar-se no mais das vezes na solidão do luto, e o qualifica tão somente quando deslocado para a arena pública, local da disputa entre interesses conflitantes.

Ao constituir o ato de narrar a dor da perda por morte como ato que se pratica só, inoculando sua força política, o que o silêncio social faz de fato, por um lado, é condenar a pessoa ao isolamento e, por outro, à narrativização de sua experiência de dor em grupos específicos e “incomuns” na prática social corriqueira, como grupos formados especificamente por pessoas enlutadas. Da perspectiva da construção identitária – e, portanto, política –, que implica minimamente compreender-se como parte de um grupo social, os enlutados se constituem como grupo à parte e mal absorvido pelo conjunto da sociedade. Ainda assim, é a partir dessa experiência no grupo que a reapropriação de uma identidade anterior à perda se torna possível, ou facilitada, na medida em que o sujeito se pergunta: “o que eu era, o que fazia, como eu vivia?”. Simultaneamente, dá-se o caminho inverso, na direção do futuro (do término, mais

ou menos distante, do luto), materializado em perguntas como: “e agora, o que sou? O que resta de mim e no que me transformo?”. Nesse caminho encontram-se os elementos para a construção de uma identidade renovada e politicamente atuante. Observe-se que tal renovação é possível graças à incompletude do sujeito e à sua natureza aberta. Em outras palavras, a renovação é possível porque o sujeito, embora seja afetado pelos antagonismos sociais constitutivos da formação social em que está localizado, não é inteiramente “determinado” por este sistema de relações, ou por esta estrutura social, pois do contrário seria idêntico à estrutura propriamente dita, apenas reproduzindo-a.

A morte como categoria política: reflexões finais

A tensão dialética entre “universal” e “particular” é constitutiva da relação hegemônica. O “universal” é sempre um lugar vazio, preenchido temporariamente por um elemento particular que representa a forma que assume a luta pela hegemonia em um dado momento histórico. É essa tensão que estrutura a identidade dos atores sociais. Não há posições de sujeito pré-determinadas na estrutura social, apenas tentativas de se ocupar as falhas (ou faltas) constitutivas da estrutura das relações sociais. O sujeito nasce da tentativa de suprir essas faltas. A identidade, assim, deixa de ser vista como uma categoria sociológica, ou uma forma de referência a grupos designados em termos de sua classe, etnia, gênero, etc., e passa a ser vista como um processo através do qual constituem-se, no discurso, pontos de estabilização temporários no fluxo das diferenças característico da discursividade. O grupo formado pelos parentes e amigos de vítimas de acidentes fatais pode ser considerado um grupo identitário – e, portanto, político – justamente por isso: estabiliza-se temporariamente, no discurso e nas práticas sociais, como referência a uma causa. A pressão que esse grupo exerce advém do preenchimento do significante “morte” por um significado bastante específico de “morte”, transformada em categoria política universal.

Com a categoria ‘morte’ como bandeira, o sujeito enlutado e o sujeito que com ele se solidariza – porque se permitiu sentir a dor do outro na pele, interagindo com compaixão – aderem à luta política driblando dois tipos de silenciamento. O primeiro, que já mencionei, é o silenciamento social que torna o falar da morte um tabu. O outro é o silenciamento promovido pelas forças hegemônicas. No caso TAM, o grupo identitário formado pelos parentes e amigos das vítimas integra e alimenta politicamente um dos vetores do sistema aeroviário brasileiro: o usuário final. Esse grupo desestabiliza as forças dominantes e força mudanças políticas e jurídicas. Por confrontarem esse duplo silenciamento, parece-me que o grupo formado por tais sujeitos assume uma posição discursiva específica no espaço público da luta política, pois tais sujeitos atuam na imbricação entre o Real imaginário e o Real simbólico.

É nessa imbricação que a morte como categoria política assume poder especial, a meu ver, pois traz implicada, aí, a noção de compaixão. A compaixão promovida pela sensibilização à morte aproxima os sujeitos e pode transformar em luta conjunta o que antes eram forças desagregadoras.

A morte traz à pauta a compreensão da profunda interdependência entre os humanos. Traz à pauta a fragilidade e a finitude da vida individual e a noção de que ela – a vida de cada um – só é infinita na memória dos vivos, ou seja, na memória do grupo social. Parece-me de extrema ousadia e relevância política incluir e desenvolver o conhecimento dessa interdependência na maneira como vivemos nossas vidas.

Referências

- AUSTIN, J.L. 1975. *How to do things with words*. 2ª ed., Cambridge, Harvard University Press, 169 p.
- BALOCCO, A.E. 2006. Discurso e identidade: o sujeito laciano na teoria política de Ernesto Laclau. In: J.L. JOBIM; S. PELOSO (orgs.), *Identidade e literatura*. Rio de Janeiro/Roma, Instituto de Letras/Universidade La Sapienza, p. 25-39.
- LACLAU, E. 2000. Identity and hegemony: The role of universality in the constitution of political logics. In: J. BUTLER; E. LACLAU; S. ZIZEK, *Contingency, hegemony, universality: Contemporary dialogues on the left*. London, Verso, p. 44-89.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. 2001. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. New York, Verso, 198 p.
- MAINGUENEAU, D. 1984. *Genèses du discours*. Bruxelas, P. Marada, 209 p.
- PICCARDI, T. 2008. Relatos de pais enlutados: a dor posta em discurso. *Revista ALPHA*, 9(9):129-137.
- RAJAGOPALAN, K. 2008. Knowledge about language and emotion. In: J. CENOZ; N. HORNBERGER (eds.), *Encyclopedia of Language and Education*. 2ª ed., vol. 6, p. 93-103. <http://dx.doi.org/10.1007/978-0-387-30424-3>
- RAJAGOPALAN, K. 2006. Pós-modernidade e a política da identidade. In: K. RAJAGOPALAN; D.M.M. FERREIRA (orgs.), *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo, Mackenzie, p. 61-80.
- RAJAGOPALAN, K. 2003. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo, Parábola, 144 p.
- SILVA, L.M.A. 2000. *Instrumentalização do planejamento estratégico: aplicação no setor aeroviário comercial brasileiro*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 181 p.
- ZIZEK, S.; DALY, G. 2006. *Arriscar o impossível: conversas com Zizek*. São Paulo, Martins Fontes, 211 p.

Submissão: 22/07/2009

Aceite: 22/06/2010

Tatiana Piccardi

Universidade Estadual de Campinas
IEL - Departamento de Linguística
Cidade Universitária Zeferino Vaz
13083-97, Campinas, SP, Brasil